



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



1. Contexto Operacional

a) Caracterização da Entidade

A Empresa de Turismo de Pernambuco S.A. - EMPETUR, na qualidade de empresa pública, teve sua criação autorizada pela Lei n.º 6.030, de 03/11/1967, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 1.464, de 13/12/1967. Através da Lei Estadual n.º 10.690/1991, a Empetur passou a ser uma sociedade anônima e incorporou o Centro de Convenções – CECON e outros equipamentos. Em 23/12/2014 através da LEI Nº 15.431, a Empresa de Turismo de Pernambuco - EMPETUR teve sua denominação social alterada para Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos. - EMPETUR, com sede na Av. Professor Andrade Bezerra, S/N, Salgadinho, Olinda/PE.

b) Finalidade

A EMPETUR tem como finalidade básica a promoção do desenvolvimento do Turismo em estreita consonância com a política de desenvolvimento econômico e social do Estado e a implantação e exploração, direta ou mediante concessão, de um complexo de instalações e serviços adequados à realização de convenções, feiras, exposições, conferências e correlatas, no Estado de Pernambuco, no que utiliza o Complexo do Centro de Convenções localizado em Olinda-Pe.

A partir do Decreto n.º 21.377, de 19/04/1999, a EMPETUR passou, entre suas atividades, a acumular a gestão administrativa e financeira do Parque de Esportes e Lazer Arcoverde, sob a supervisão conjunta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

Em 09 de junho de 2016, entra em vigor a Lei 15.836 que autoriza a gestão da Arena Pernambuco pela Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos, introduzindo em suas atividades mediante convênio a administração, manutenção, conservação, operação e exploração econômica dos ativos imobiliários e mobiliários que compõe a arena.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



c) Legislação Aplicável

As atividades da empresa estão disciplinadas pela Lei n.º 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas e alterações posteriores), pelo Decreto-Lei n.º 5.452/1943, pela Consolidação das Leis do Trabalho, LEI N.º 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios além de seu Estatuto Social, Regimento Interno e as demais normas de Direito Público e Privado.

Aplicam-se também, a partir de 04/05/2000, os dispositivos constantes da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), haja vista a EMPETUR preencher os requisitos descritos no art. 2º, inciso III daquela lei referente à sua caracterização como empresa estatal dependente.

d) Repasse de Recursos

Em função do seu objeto social, a EMPETUR recebeu através da rubrica "Receitas de Subvenções", recursos repassados pelo Tesouro Estadual, vinculados a despesas criadas para promover o turismo no Estado de Pernambuco. Por conseguinte, nas rubricas das Despesas Administrativas – "Publicidade para Promoção do Turismo" e "Convênios (Subvenções) e Contratos para Eventos" – estão registrados valores que foram repassados a terceiros, onde a empresa exerceu a função de intermediária dessas operações.

e) Situação Patrimonial

A administração da empresa, ciente da situação patrimonial e financeira refletida nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021, entende assegurada a continuidade de suas operações pelo fato de o controle da sociedade pertencer ao Governo do Estado de Pernambuco.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

Por ter suas atividades disciplinadas pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, as demonstrações contábeis foram elaboradas para fins de publicação em conformidade com os princípios de contabilidade emanados da Lei das Sociedades Anônimas e dispositivos complementares de acordo com as práticas contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. Principais Práticas Contábeis

Na observância do regime de competência, a entidade adota as seguintes principais práticas contábeis:

a) Disponibilidades

São demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado.

b) Contas a Receber

Representam os valores faturados, relativos às receitas de serviços recreativos e culturais.

c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis e são compostos exclusivamente ao consumo interno.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



d) Investimento

Em 2015, foram realizados levantamento e avaliação dos bens imóveis da empresa, e foi definido na época, que esses passariam a ser considerados como propriedades para investimento em virtude de a empresa explorar economicamente (aluguel) esses imóveis. Em 2021, a situação permaneceu inalterada, pois devido a pandemia do COVID e de acordo com o Decreto nº 50.052, de 07 de janeiro de 2021, que proibiu contratações durante a pandemia não foram autorizadas as contratações de empresa especializada em reavaliações de imóveis (edificações), parte externa e divisões internas em todos os equipamentos, como também, a contratação do serviço de estudo topográfico para se ter de fato a metragem dos terrenos. O processo de contratação está na fase do processo licitatório e quando os objetos contratados forem prestados será possível fazer a devida classificação dos bens imóveis, já que em 2015 foram classificados em sua totalidade como bens de investimentos, sem fazer a distinção das áreas administrativas, das áreas de geração de receita própria e das áreas de propriedade para investimentos.

e) Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com reparos e manutenção do Ativo Imobilizado, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil), são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Em virtude da mudança da política contábil realizada pela Administração da EMPETUR em 2015, todos os bens imóveis passaram a ser considerados como Propriedades para Investimento, em 2020, houve avaliação somente das edificações na parte externa, com valores aproximados, ficando pendente as avaliações dos terrenos com métricas mais precisas, através dos laudos topográficos.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



f) Intangível

Verificamos que existia um saldo defasado classificado como intangível, que se tratava de ações da Telebrás pertencente ao Centro de Convenções antes de ser incorporado a Empetur. No último trimestre de 2021, houve a atualização do valor e registro, de acordo com as informações atualizadas, repassadas pelo Banco do Brasil.

g) Provisão para Contingências

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados em 2021 como sendo de perdas possíveis no valor de R\$ 5.965.554,06 (cinco milhões, novecentos e sessenta e cinco, quinhentos e cinquenta e quatro reais e seis centavos) foram repassadas pelo setor competente, e estas informações são apenas divulgados nesta nota explicativa.

Provisão para Contingências Cíveis	R\$ 5.938.224,01
Provisão para Contingências Trabalhista	R\$ 27.330,05
Total adicionada em 2021	R\$ 5.965.554,06

h) Valores de Realização e Exigibilidade

Os ativos e passivos são demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base "pró rata temporis". Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou provável desvalorização.

Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 meses da data do balanço são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



i) Apuração do Resultado

No decorrer do exercício de 2021, as receitas e despesas estão registradas de forma a atender a Lei Federal n.º 4.320 de 17/03/1964. Ao final do exercício, as despesas e receitas são registradas com base em critérios estabelecidos na legislação societária (Lei 6.404/76) e dispositivos complementares, em atendimento ao regime de competência.

4. Disponibilidades

	DEZ/2021	DEZ/2020
Conta Única	1.576.295	1.956.121
Outras contas bancárias	329.299	1.307.265
Aplicações Financeiras	86.981	503.144
TOTAL	1.992.575	3.766.530

Segue detalhamento das contas contábeis:

CONTAS CONTÁBEIS		DEZ/2021	DEZ/2020
1.1.1.1.1.03.02	(F) BANCO DO BRASIL	R\$ 104.263,62	R\$ 232.854,55
1.1.1.1.1.03.03	(F) BRADESCO	R\$ 131.465,23	R\$ 963.312,78
1.1.1.1.1.03.04	(F) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$ 31.100,00	R\$ 35.055,00
1.1.1.1.1.03.16	(F) BANCO ITAÚ S.A.	R\$ 62.470,60	R\$ 76.042,77

A conciliação bancária foi realizada em todas as contas e as documentações comprobatórias foram fornecidas pelas instituições financeiras para identificação. Das pendências de conciliação bancária houve uma regularização de 71% em 2021.

A conciliação bancária da Empetur foi objeto de um minucioso trabalho desta Setorial Contábil quanto a regularização das contas bancárias, exceto conta única.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



As contas bancárias estão devidamente conciliadas, identificadas todas as pendências e as regularizações dos saldos, estas regularizações que dependem de orçamento para empenhar, como por exemplo transferências judiciais, no qual a Empetur como ré é condenada a pagar com os Recursos que tem em conta corrente, as contabilizações estão ocorrendo de acordo com a disponibilidade de orçamento a ser liberada pela SEFAZ. Na conciliação ainda existem pendências, porém devidamente identificadas.

5. Depósitos Judiciais

A conta 1.1.3.5.1.02.00, constava um saldo de R\$ 1.051.815,77 em 31/12/2019, porém em virtudes dos esforços envidados por esta Setorial junto a Diretoria Financeira, foi viabilizado a contratação de um sistema junto ao Banco do Brasil, no qual nos possibilitou identificar todos os bloqueios e transferências judiciais e ao termos essa informação verificamos que os registros no sistema Efisco, não tinham o histórico adequado ou a ausência deste, verificamos também, que em quase 60% dos lançamentos foram realizados com código genérico para o lançamentos (999) e os que tinham a identificação por CPF ou CNPJ, a maioria foram advindos do sistema que antecedeu a implantação do E-fisco.

Portanto, diante do exposto acima e de posse da documentação comprobatória, onde além de identificar: valor, número do processo, reclamante, se trata de bloqueio ou transferência judicial, optamos em desincorporar os saldos da conta por entendermos que não tinham fundamento algum e procedemos novos registros com base em documentação comprobatória lançando de acordo com os saldos pendentes na conciliação bancária, favorecendo assim o controle, a coerência e a transparência dos registros contábeis.

Ainda há bloqueios que apesar da identificação do processo e dos valores, nos impossibilita de realizar o devido registro contábil, quando os bloqueios ocorrem nas contas de aplicação financeira, que ao contrário do que ocorre nas contas correntes, onde o saldo bloqueado é retirado da conta, os bloqueios nas contas aplicações financeiras permanece o saldo na conta, apenas com o indicativo de bloqueado, ou seja, o recurso não sai da conta, não há movimentação, o que impossibilita seu registro.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



	DEZ/2021	DEZ/2020
Depósitos Judiciais	<u>1.241.737,69</u>	<u>414.813,21</u>

A conta apresentou um aumento substancial devido aos bloqueios judiciais que ocorreram durante o exercício de 2021, entre os quais podemos citar, o bloqueio em 31/08/2021, no valor de R\$ 401.447,64 referente ao processo nº 0021541-68.2018.8.17.299, cujo autor é a empresa EXITO PROMOCOES E EVENTOS LTDA ME, como também, um bloqueio de R\$ 206.485,27, em 18/10/2021, referente ao processo nº 0000660-70.2018.8.172990, do GRUPO MUSICAL CAVALHEIROS DO FORRÓ.

6. Estoques

Em 2021, foi realizado pelo Almojarifado o inventário e entregue a Setorial Contábil o relatório referente aos meses de janeiro a dezembro/2021 e assim foi realizada a atualização dos saldos através da realização do registro pela Contabilidade em tempo hábil. Ressaltamos que o aumento de aquisição de materiais em estoque se deu em virtude do combate ao COVID, onde foram necessários a compra de diversos materiais que assegurassem o retorno dos servidores e do público em geral.

7. Despesas Antecipadas

O valor registrado em despesas antecipadas se refere a contratação de empresa de seguro SOMPO SEGUROS S.A, contratada para a Arena Pernambuco, e GENTE SEGURADORA S.A, contratada para o Centro de Convenções de Pernambuco, que são apropriados mensalmente.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



8. Imobilizado

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	2.240.911,57	2.192.540,62
BENS DE INFORMÁTICA	379.620,38	369.620,40
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	6.644.609,68	6.640.409,68
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	125.643,00	104.773,00
VEÍCULOS	58.653,00	58.653,00
BENS MÓVEIS CEDIDOS POR TERCEIROS	26.830,00	26.830,00
BENS IMÓVEIS - OBRAS EM ANDAMENTO	1.279.250,39	1.279.250,39
DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS (ATÉ 2019)	(2.071.304,26)	(1.207.414,95)
	<u>8.684.213,76</u>	<u>9.464.662,14</u>

A variação se deu devido a depreciação de bens móveis em 2021 registrada no valor de R\$ 863.889,31 e a aquisição de imobilizado no valor de R\$ 83.440,93.

9. Fornecedores

	<u>DEZ/2021</u>	<u>DEZ/2020</u>
Fornecedores	5.092.439	13.954.040



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



2.1.3.1.1.01.01	(F)FORNECEDORES NACIONAIS DO EXERCÍCIO A PAGAR	2.909.080,09	7.024.559,70
2.1.3.1.1.01.02	(P)OBRIGAÇÕES COM FORNECEDORES NACIONAIS	1.758.289,22	5.868.613,77
2.1.3.1.1.02.01	(F)FORNECEDORES NACIONAIS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	425.069,95	1.060.866,50
	TOTAL	5.092.439,26	13.954.039,97

Referem-se às obrigações assumidas com fornecedores de materiais, prestadores de serviços, convênios e contratos, e a variação diminutiva se deu pelo pagamento das despesas, principalmente de DEA, uma vez que o saldo de R\$ 7.024.559,70 de dez/20 foi transferido em 2021 para a conta de Fornecedores de Exercício Anterior, somando R\$ 8.085.426,20 e desse saldo só resta R\$ 425.069,95, sendo que em 2021, foram empenhados o valor de R\$ 192.311,99 com, a rubrica de fornecedores de exercício anteriores a pagar, conforme planilha a seguir:

FORNECEDORES NACIONAIS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

2017	135.443,18
2018	68.652,00
2019	28.662,78
*2020	192.311,99
TOTAL	425.069,95

10. Impostos e Contribuições a recolher

Impostos e Contribuições a Recolher		
2.1.4.3.5.02.01	(F) ISS A RECOLHER	5.388,71
2.1.8.8.1.01.01	(F) CONSIGNAÇÕES RETIDAS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO	118.181,50
2.1.8.8.1.01.20	(F) INSS RETIDO SERVIDORES SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	83.244,43
2.1.8.8.1.01.23	(F) INSS RETIDO SOBRE SERVIÇOS DE TERCEIROS/PJ	367.238,73
2.1.8.8.1.01.31	(F) IMPOSTO DE RENDA RETIDO SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO	70.431,76
2.1.8.8.1.01.32	(F) IMPOSTO DE RENDA RETIDO, EXCETO SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO	24.763,39
2.1.8.8.1.01.33	(F) COFINS/PIS/PASEP/CSLL (COD.5952)	105.993,89



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



2.1.8.8.1.01.51	(F) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS RETIDO DE PF E PJ	214.457,40
2.1.8.9.1.03.01	(F) CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	723.350,00
		1.713.049,81

11. Receitas a classificar

		DEZ/2021	DEZ/2020
2.1.8.8.1.80.01	(F) DIVERSAS RECEITAS A CLASSIFICAR	0,00	17.598,99
2.1.8.8.1.80.09	(F) RECEITA DO PECONSIG A CLASSIFICAR/DISTRIBUIR	4.483,22	2.583,46
		4.483,22	20.182,45

12. Adiantamentos recebidos

Os adiantamentos recebidos se referem a valores recebidos pela Empetur entre 2015 e 2021 referente a taxa de reserva para locação dos equipamentos para realização de eventos.

2015	87.794,20
2016	102.091,40
2017	48.207,00
2018	155.285,44
2019	504.137,26
2020	278.340,58
2021	232.536,63
	1.408.392,51

13. Outras Obrigações

Houve quitação de transferências a pagar em 2021, o que motivou a redução do saldo de R\$ 423.904 para apenas R\$ 54,01, referente a diárias



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



14. Capital Social

O capital social é de R\$ 72.065.681 e está representado por 47.609.915 ações nominativas, sendo:

	Ações
Ações Ordinárias (Estado de Pernambuco e Outros)	32.382.637
Ações Preferenciais (FUNGETUR/EMBRATUR e Outros)	15.227.278
TOTAL	47.609.915

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL REALIZADO

SECRETARIA DE TURISMO
EMPRESA DE TURISMO DE PE. GOV. EDUARDO
CAMPOS

EMPETUR

Quadro - Composição do Capital Social Realizado em
30/09/2021.

*Valores
em R\$
mil*

Acionistas	Ordinárias			Preferenciais			Total		
	Qtd	%	Valor	Qtd	%	Valor	Qtd	%	Valor
Estado de PE	32.382.637.267	69,21*	49.883.082		0		32.382.637.267	69,21	49.883.082
Fungetur/Embratur		0		15.227.278.262	29,37	21.165.691	15.227.278.262	29,37	21.165.691
Outros		0		216	1,42	1.016.908	216	1,42	1.016.908
		0			0			0	
		0			0			0	
		0			0			0	
		0			0			0	
Total	32.382.637.267	-	49.883.082	15.227.278.478	31	22.182.599	47.609.915.745	100	72.065.681

A Empetur tem uma composição acionária e o capital social sem avaliação há pelo menos a 30 anos, não há registros de atas e nem livros disponíveis, pois o setor que guardava os documentos sofreu um incêndio e a Contabilidade replicava há décadas o mesmo valor. Na atual Gestão, está em estudo a contratação de uma empresa especializada para realizar todo o resgate documental e em um segundo momento a atualização monetária do capital social da Empetur.

15. Receita Operacional Líquida



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	3.365.346,51	3.638.065,34
Receita de Serviços Recreativos e Culturais	2.201.436,42	2.788.058,41
Receita de Aluguéis	770.799,19	608.622,76
Receita de Exploração de Bens Imóveis	204.559,99	211.961,11
Receita Proveniente da Prestação de Serviços	188.550,91	29.423,06
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA	(97.766,71)	(291.599,23)
(-) Dedução do ISS	40.727,64	(68.225,45)
(-) Dedução do COFINS	46.864,53	(183.528,64)
(-) Dedução do PIS	10.174,54	(39.845,14)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.267.579,80	3.346.466,11

15.1 Receita de Serviços Recreativos e Culturais

A Empetur arrecada a Receita de Serviços Recreativos e Culturais através da locação dos teatros, auditórios, espaços externos, campos de futebol e salas para a realização de eventos no Centro de Convenções, Arena-Pernambuco, Museu Cais do Sertão e Parque Memorial Arcoverde, registrados no Sistema Efisco conforme detalhamento abaixo.

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA 1.6.1.0.01.1.1.01 - SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS

0241000000 - Fonte do Centro de Convenções	R\$ 1.479.085,33
0241560801 - Fonte da Arena Pernambuco	R\$ 588.436,73
0241560802 - Fonte do Cais do Sertão	R\$ 229.501,46
0241560803 - Fonte Memorial Arcoverde	R\$ 151.654,40

Informamos que os valores acima se referem a conta contábil 6.2.1.1.1.00.00 – Receita a realizar, por esse motivo há uma diferença do valor, em virtude de parte da receita estar registrada em Adiantamentos de credores.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



15.2 Receita de Aluguéis

A receita de aluguel recebida pela Empetur compreende a locação de lojas, espaços para antenas telefônicas e área de instalação do Mirabilândia Park, conforme detalhamento por fonte abaixo relacionado.

1.3.1.0.01.1.1.01 - ALUGUÉIS

0241000000 - Fonte do Centro de Convenções	370.507,23
0241560801 - Fonte da Arena Pernambuco	215.478,30
0241560802 - Fonte do Cais do Sertão	184.813,66

15.3 Receita de Exploração de Bens Móveis

A Receita de Exploração de Bens Móveis se refere a concessão de área para estacionamento do CECON e Arena e espaço para bar e lanchonete na Arena Pernambuco.

1.3.1.0.99.1.1.01 - OUTRAS VPA DE EXPLORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

0241000000 - Fonte do Centro de Convenções	120.590,00
0241560801 - Fonte da Arena Pernambuco	83.969,99

15.4 Receita Proveniente da Prestação de Serviços

A Receita proveniente da Prestação de Serviços é oriunda da participação da Empetur no âmbito do mercado de curto prazo de compra e venda de energia solar, porém em 97% dela foi aportada pela ADEPE – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco para despesas com liquidações Financeiras do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, conforme Contrato de Prestação de Serviços de Liquidação Financeira, Custódia de Garantias e Outras Avenças, firmado



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



entre a Empetur e o Bradesco Energia, no qual a ADEPE é a Gestora do Consórcio de energia limpa.

1.6.9.0.99.1.1.01 - OUTRAS VPA PROVENIENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

0101000000 – Fonte do Tesouro Estadual 188.550,91

Receita oriunda da participação da Empetur no âmbito do mercado de curto prazo de compra e venda energia elétrica (energia solar).

16. Despesas Operacionais

As despesas operacionais seguem detalhadas abaixo:

16.1 Gerais e Administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prestação de Serviço PF Sem Vínculo Empregatício	(241.678,34)	(243.990,67)
Prestação de Serviço PJ	(25.518.259,39)	(28.652.090,86)
Locação de Mão-de-Obra	(6.019.102,22)	(5.022.084,25)
Aluguéis	(564.515,11)	(589.165,10)
Veículos Conservação de Bens e Instalações	(2.463.806,67)	(2.161.535,54)
Propaganda Publicidade e Patrocínio	(4.593.519,80)	(3.640.303,65)
Desincorporação de Ativos	-	(3.158,21)
Depreciação e Amortização	(863.889,31)	(923.972,98)
Provisões	-	(1.241.939,43)
Sentenças judiciais	(3.716.264,99)	(7.231.161,54)
Multas	(704,33)	(920,04)



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



Viagens, diárias e ajuda de custo	(174.632,72)	(166.899,64)
Outras Transferências	-	(1.680.000,00)
Indenizações e restituições	(89.671,50)	(130.603,90)
Reavaliação Diminutiva de Bens Móveis	(297,02)	(1.396.133,26)
Transferências concedidas	(841.480,00)	(449.540,59)
	(45.087.821,40)	(53.533.499,66)

16.2 Pessoal e encargos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ordenados, Salários, Gratificações e Outras	(14.530.933,36)	(14.603.445,63)
Outros Gastos com Pessoal	(1.337.073,56)	(1.341.377,88)
Encargos Sociais Previdência Social	(3.731.058,28)	(3.648.564,68)
Encargos Sociais FGTS	(1.080.670,72)	(1.064.238,90)
	(20.679.735,92)	(20.657.627,09)

16.3 Tributárias

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tributos e taxas à conta do locatário	(177,56)	-
Juros	(313.240,57)	-
Multas de mora de obrigações tributárias	(5.380,71)	-
Empresas – IPTU	(485.602,54)	(428.735,10)
Empresas – IPVA	(340,64)	-
Taxas - Jucepe	(23.936,00)	(2.262,00)
Taxas - Detran	-	(599,27)



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



C.I.M., Taxa de limp urbana, Taxa de vigilância sanitária, TSD (pref.)	(4.765,62)	(4.585,76)
Taxa de prevenção e extinção (Bombeiros)	(16.483,06)	(93.756,73)
Outras Taxas não especificadas	(1.107,30)	(2.914,71)
Taxa de prevenção e extinção de incêndio (Bombeiro)	(78.174,11)	
DEA – Outras Taxas	-	(7.695,90)
	(929.208,11)	(540.549,47)

16.4 Outras Despesas Operacionais

	2021	2020
Combustíveis e lubrificantes auto motiveis.....	(130.044,61)	(95.066,73)
Combustíveis e lubrif. p/ outras finalidades	-	(452,30)
Gás e outros materiais engarrafados	(425,00)	-
Alimentos para animais	(266,70)	(175,61)
Gêneros de alimentação	(7.076,20)	(11.686,28)
Material farmacológico	(282,40)	(106,60)
Material químico	-	(278,90)
Material educativo e esportivo	-	(2,20)
Material de expediente	(12.161,66)	(9.599,25)
Material de processamento de dados	(4.162,10)	(3.718,22)
Materiais e medicamentos p/ uso veterinário	(759,10)	-
Material de acondicionamento e embalagem	(1.189,50)	(570,00)
Material cama, mesa e banho	-	(176,00)
Material de copa e cozinha	(9.829,50)	(7.308,92)



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



Material de limpeza e prod. De higienização	(36.441,62)	(14.553,27)
Uniformes, tecidos e aviamentos	(2.217,18)	(80,84)
Material p/ manut.de bens imóveis/instalações	(135.320,81)	(67.059,79)
Material p/ manutenção de bens moveis	(79.204,24)	(2.049,45)
Material elétrico e eletrônico	(304.877,01)	(369.424,24)
Material de proteção e segurança	(11.085,50)	(5.133,27)
Material para comunicacoes	-	(13,00)
Material Hospitalar	(651,00)	(631,00)
Material p/ manutenção de veículos	(4.873,00)	-
Ferramentas	(1.884,04)	(1.473,45)
Material p/ reabilitação profissional	(65,80)	-
Material de sinalização visual e outros	(27.857,52)	(260,12)
Bens móveis não incorporáveis	(1.904,90)	-
DEA - Material de consumo	-	(18.876,20)
Material de consumo	(8.166,14)	(1.222,27)
	(780.745,53)	(609.917,91)

16.5 Outras Receitas Operacionais

	2021	2020
Reavaliação aumentativa de bens móveis	9.999,98	1.239.368,32
Reavaliação de intangíveis	-	237,87
Ganhos com incorporação de outros direitos	57.039,07	162.118,48
Ganhos com cancelamento de restos a pagar	1.404.372,65	1.236.683,55
Multas administrativas	560,00	900,00
Restituições	300.574,90	62.110,88



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



Recuperação de despesas orçamentárias de exercícios anteriores	42.279,38	6.367,91
Outras receitas	10	-
Variações patrimoniais aumentativas decorrentes de fatos geradores diversos	13.804,01	-
Ressarcimento de pessoal a disposição - Remuneração	-	24.740,73
Outras restituições	-	126.350,40
Outras transferências não financeiras recebidas - independentes de execução orçamentária	20.933,15	-
Outras transferências voluntárias da união	-	20.000,00
Bens móveis - doações recebidas de outro órgão	309.999,99	-
	2.159.573,13	2.878.878,14

16.6 Transferências líquidas do Tesouro Estadual

	2021	2020
Cota financeira recebida do órgão financeiro central	62.645.295,63	82.461.364,96
Dedução decota financeira recebida do órgão central, ref. a baixa de Créd. Intraorçamentário a receber de RP	(7.068.539,33)	(24.510.360,78)
	55.576.756,30	57.951.004,18

17. Resultado Financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras	7.310	13.898
Despesas financeiras	(286.196)	(182.234)



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



Resultado financeiro

(278.885)

(168.336)

17.1 Receitas Financeiras

As receitas financeiras são os rendimentos bancários referente às aplicações financeiras e aos juros e multas de clientes oriundos dos pagamentos em atraso, detalhados a seguir.

	2021
MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	5.221,23
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	2.089,22
	<u>7.310,45</u>

17.2 Despesas Financeiras

As despesas financeiras são valores referentes a tarifas bancárias e taxas de encargos devido a comercialização de energia.

	2021
SERVIÇOS BANCÁRIOS	(284.999,99)
PERDAS EM APLICAÇÕES FINANCEIRAS	(1.195,53)
	<u>(286.195,52)</u>

18. Ajustes de Exercícios Anteriores

(P) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.233,15C
(P) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22.147.118,59C



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



Os ajustes de exercícios anteriores se referem a cancelamentos de Documentos Hábeis, ajustes nas provisões de folha de pagamento, baixa da provisão de contingência de processos judiciais cíveis e trabalhistas, ajustes de restos a pagar processados que correspondeu a 32% dos ajustes realizados, do qual daremos os devidos esclarecimentos a seguir e demais regularizações.

	<u>2021</u>
Baixa da provisão de folha de pagamento	2.336.375,89
Cancelamento de Documentos Hábeis	5.533.583,71
Regularização de Restos a pagar	7.068.539,33
Baixa da provisão de contingência	7.513.109,66
Demais regularizações	-303.256,85
	<u>22.148.351,74</u>

A baixa da provisão da contingência referente a conta 2.2.7.4.1.01.00 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS se deu pelo pagamento de processos judiciais informado pela Diretoria Jurídica através do SEI 0060300062.002188/2021-31 e 0060300062.000052/2022-77 abaixo, e a regularização se fez necessária devido o pagamento não ter baixado diretamente a conta de provisão.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



CI - Comunicação Interna

CI nº 221/2021 – EMPETUR - Diretoria Jurídica – EMPETUR-DJU

Em, 05 de outubro de 2021

A Senhora
Gerente - SCN
Iva da Neves Lima de Souza

Assunto: **PROVISÃO DE CONTINGENCIAMENTO JUDICIAL**

Senhora Gerente,

À míngua de qualquer outro método possível para a indicação precisa do passivo existente sob a administração desta Diretoria Jurídica e considerando o ajuizamento de novas demandas, assim como a imprevisibilidade de seus resultados, indica-se a provisão apresentada no ano de 2020 com a devida atualização monetária, com a **exclusão** de processo cujo valor remontava à quantia de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais):

.2.7.1.1.01.00	(P) PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	R\$1.200.000,50
2.2.7.4.1.01.00	(P) PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS	R\$5.939.470,00

Cordialmente,

OSMAR HENRIQUE F S A UMBELINO

Diretor Jurídico



Documento assinado eletronicamente por **Osmar Henrique Ferreira e Silva de Azevedo Umbelino**, em 07/10/2021, às 15:02, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



Governo do Estado de Pernambuco



CI - Comunicação Interna

CI nº 20/2022 – EMPETUR - Diretoria Jurídica – EMPETUR-DJU

Em, 19 de janeiro de 2022

A Senhora

Gerente - SCN

Iva da Neves Lima de Souza

Assunto: **PROVISÃO DE CONTINGENCIAMENTO JUDICIAL**

Senhora Gerente,

À míngua de qualquer outro método possível para a indicação precisa do passivo existente sob a administração desta Diretoria Jurídica e considerando o ajuizamento de novas demandas, assim como a imprevisibilidade de seus resultados, indica-se a provisão apresentada no ano de 2020 com a devida atualização monetária, com a **exclusão** de processos cujo valores remontavam à quantia de R\$ 1.513.109,669 (Um milhão, quinhentos e treze mil, cem e nove reais e sessenta e seis centavos):

2.7.1.1.01.00	(P) PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	R\$1.200.000,50
2.2.7.4.1.01.00	(P) PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS	R\$5.939.470,00

Cordialmente,

OSMAR HENRIQUE F S A UMBELINO
Diretor Jurídico



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



Os cancelamentos de Documentos hábeis foram motivados pela orientação da Secretaria da Fazenda - SEFAZ através do SEI 1500000144.001197/2021-05 abaixo, em virtude de haver documentos de 2014 a 2016 registrados de despesas patrimoniais de exercícios anteriores que não seriam utilizados em virtude de erro ou duplicidade, por exemplo, e o cancelamento se fez necessário impactando a referida conta.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



SECRETARIA
DA FAZENDA



Ofício Circular Nº 3/2021 - CONTADORIA GERAL DO ESTADO

Recife, 05 de outubro de 2021.

Assunto: OFÍCIO CIRCULAR ÀS UGs - CANCELAMENTO DE DHs 2014-2016

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo SEI nº 1500000144.001197/2021-05

À

SETORIAL CONTÁBIL/GERÊNCIA FINANCEIRA

Prezado(a) gestor(a),

Tendo em vista o que dispõe o Decreto de Encerramento do Exercício de 2020 (Decreto Nº 49.544, de 9 de outubro de 2020), em seu artigo 7º reproduzido a seguir, reiteramos a necessidade da análise permanente dos saldos de DH a liquidar, de forma a garantir a fidedignidade dos registros contábeis:

“Art. 7º Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo deverão, até o final do exercício de 2020, relativamente aos saldos de Documento Hábil – DH - decorrentes de erros, tais como duplicidade, valor registrado a maior e registro indevido:

I – cancelar aqueles remanescentes de exercícios anteriores; e

II – estornar os registrados neste exercício.

§ 1º Serão mantidos os saldos de DH registrados no exercício atual e em anteriores que ainda serão objeto de empenhamento de Despesas de Exercícios Anteriores – DEA - em 2021.”

Em cumprimento ao acima disposto, e considerando que tal obrigação será reproduzida no Decreto de Encerramento do atual exercício, solicitamos que sejam providenciados até o **dia 31.10.2021**, especificamente:

1. O cancelamento de todos os saldos de DH a liquidar remanescentes dos exercícios de 2014, 2015 e 2016, com



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



exceção dos saldos devidos que serão objeto de liquidação em 2022;

2. O envio a esta Contadoria, por meio de Ofício, da relação dos DHs pertencentes a esses exercícios cujos saldos a liquidar sejam devidos, acompanhados de justificativa para a não efetivação das respectivas liquidações até o presente momento.

Para este fim, segue anexa a este Ofício a orientação dos procedimentos para consulta e cancelamento de saldos de DH a liquidar no e-Fisco, que será também encaminhada por meio da mensageria do e-Fisco.

Na certeza de contar com sua habitual atenção para o exposto, desde já agradecemos e ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos através do e-mail gcon@sefaz.pe.gov.br.

Atenciosamente,

PAULO FRANCISCO FERREIRA
CONTADOR GERAL DO ESTADO



Documento assinado eletronicamente por **PAULO FRANCISCO FERREIRA**, em 06/10/2021, às 10:49, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17571934** e o código CRC **300E01FD**.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Rua Imperador Pedro Segundo, S/N, - Bairro Santo Antônio, Recife/PE - CEP 50040-000, Telefone:
31836808

A Secretaria da Fazenda repassou a Empetur em 2021, sob o título de subvenção o valor total de R\$ 62.645.295,63, sendo que R\$ 7.068.539,33 foram referentes a despesas de restos a pagar processados.

Através do mecanismo de repasses da Sefaz as subvenções são transferidas pelos totais liberados, sem distinções do que seja despesa do exercício ou pagamento de despesas já liquidadas. Para que não haja impacto positivo no resultado contábil em algumas empresas dependentes é facultado o uso do evento contábil 540.171, que registra os créditos intraorçamentários a receber de RP e a fonte de recursos dos RP recebedores de repasse bancário, retificando através desse evento o saldo de repasses recebidos a título de subvenção.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



Vale ressaltar, que a Empetur de acordo com seu regime jurídico é uma empresa de Sociedade Anônima, no entanto se comporta como uma estatal dependente financeiramente do Tesouro Estadual, e por esse motivo a mesma é obrigada a utilizar o sistema financeiro do Estado, o Efisco, que é parametrizado para a administração pública direta, portanto podendo em alguns casos haver conflito legal entre os registros dos lançamentos ocasionando no caso dos Ajustes de Exercícios Anterior um aumento na Reserva de Lucros no período. Essa situação prejudica a empresa em vários aspectos uma vez que a empresa, como Sociedade por Ações, deve atender à legislação societária comercial, Lei nº 6.404/76 e como Estatal dependente deve atender à Lei nº 4.320/64, ocorrendo diferenças relevantes que dificultam o atendimento aos dois grupos de normas.

IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA:64867234591 Assinado de forma digital por IVA
DAS NEVES LIMA DE
SOUZA:64867234591
Dados: 2022.03.25 10:44:32 -03'00'

IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA
CONTADORA CRC 023898/O BA /SPE

ANTONIO PERES NEVES BAPTISTA:03034465440 Assinado de forma digital por ANTONIO
PERES NEVES BAPTISTA:03034465440
Dados: 2022.03.25 10:44:59 -03'00'

ANTÔNIO PERES NEVES BAPTISTA
DIRETOR PRESIDENTE